

Senadores criticam o "modelo político"

29 NOV 1975

Da Sucursal de
BRASILIA

Os senadores Ruy Santos (Arena-BA) e Paulo Guerra (Arena-PE) manifestaram ontem no Senado seu ceticismo quanto à necessidade de um modelo político brasileiro, que foi defendido pelo vice-líder da oposição, Mauro Benevides (MDB-CE). Para Ruy Santos, "qualquer modelo criado através de entendimentos de cupula terá vida efêmera, pois os duradouros resultam da própria ação política e decorrem dos fatos sociais vividos no momento do seu nascimento".

"Nada — frisou — se cria, simplesmente, por decreto e, sim, através da observação do contexto social, econômico e político que apontam, naturalmente, sua formulação. Não acredito em modelo político brasileiro da mesma maneira que não creio em democracia desta ou daquela nação, pois qualquer organização política deverá ter base na experiência de povos mais maduros, sujeita, porém, às implicações nacionais, com sua marca de pobreza, analfabetismo e desníveis regionais".

Já para o senador Paulo Guerra "não precisamos de modelo político brasileiro e, sim, da integração da atividade política com a ação do governo, respeitada a formulação: a segurança a cargo dos militares, a assessoria com os técnicos e a administração pública com os políticos".

"Não se cria modelo — acentuou Guerra — sem filosofia política e ainda não identifiquei um filósofo para o regime.

O governo precisa da participação da sociologia política, a fim de sentir as tendências e ambições do povo e do seu partido e atendê-las através da Arena. Os estudos da Escola Superior de Guerra bem definem a orientação do modelo brasileiro sem este título de modelo. Por que modelo? Todo modelo passa de época, sai da moda, é transitório".

OPOSIÇÃO

Já na opinião do senador Mauro Benevides, "a aspiração nacional de um novo modelo político constitui a prova mais eficiente de que estão sendo aguardadas alterações substanciais na estrutura jurídica constitucional". "Proteger-se — frisou — o encaminhamento de soluções que objetivem a normalização democrática é tarefa inglória que não se ajusta às expectativas da opinião pública brasileira. As mais categorizadas lideranças do País devem irmanar-se, assim, para a elaboração do novo projeto político no qual, certamente, estarão consubstanciadas teses vinculadas aos interesses coletivos".

Para Benevides, "a adoção de tal projeto não pode prescindir, evidentemente da chancela popular que deve estar presente a deliberações deste porte. O MDB tem sensibilidade bastante para mostrar-se receptivo às inovações que vierem a ser propostas, desde que preservada a vocação democrática de nossa gente". E destacou: "Não haverá de nossa parte recusa ao debate que venha a ser proposto, tendo em vista a obtenção de um denominador no qual estejam representadas as tendências de desenvolvimento dentro de um espírito de justiça social".